

Ao utilizar a Tribuna Cidadã durante a sessão ordinária dessa segunda-feira, dia 29, o provedor da Santa Casa de Jaú, Alcides Bernardi Junior, afirmou, diante dos vereadores, que a Prefeitura de Jahu deve à entidade R\$ 947,5 mil. Desses, R\$ 685,1 mil se referem ao não-pagamento de serviços efetuados no Pronto-Socorro e R\$ 213.173,28 ao não-repasse do Programa Pró-Santa Casa, ambos em 2012. No ano passado, a Prefeitura também deixou de pagar R\$ 98,2 referentes a cirurgias eletivas.

O provedor solicitou dos vereadores empenho junto ao prefeito Osvaldo Franceschi Júnior (PV) para que a dívida da Prefeitura para com a Santa Casa seja quitada, uma vez que a entidade “está em estado de alerta”: tem 13º e salários de funcionários para pagar, “que poderão ficar atrasados ou teremos que recorrer a financiamentos em agências bancárias”. Ainda assim, “em momento algum deixamos de atender a população de Jahu, mas tudo aumentou: os atendimentos, os repasses aos médicos, plantonistas à distância, medicamentos...”. “A Santa Casa é da população. Estamos lá para atender a todos os pacientes: pobres, ricos, miseráveis”, explicou Bernardi Júnior.

Segundo ele, em 2010 foram feitos 10.221 atendimentos no Pronto Socorro e até setembro deste ano, 15.484, totalizando crescimento de mais de 50%. A realização de exames também subiu. Parte desse aumento seria em virtude do fechamento do Pronto Socorro do Hospital São Judas Tadeu.

De acordo com Bernardi Júnior, o fechamento desse Pronto Socorro, que já completa um ano, “era para ser uma experiência de 90 dias”. Além disso, o contrato que a Santa Casa tem com a Prefeitura de Jahu é estritamente para atendimento de urgência e emergência. “Mas o ‘cara’ tem qualquer dorzinha e corre para o Pronto Socorro”, disse.

Também para o vereador José Aparecido Segura Ruiz (PTB), “o déficit da Santa Casa é fruto dos atendimentos da não-urgência e não-emergência que deveriam ser feitos nos postinhos”.

Já na opinião do vereador Ademar Pereira da Silva, “hoje não tem mais aonde tirar dinheiro na

Prefeitura para cobrir rombo da saúde. Além disso, a população está reclamando do atendimento e a maior parte dos R\$ 640 mil que o Município repassa mensalmente ao Pronto Socorro da Santa Casa é para pagar os médicos [cerca de R\$ 500 mil]”.

Isenção e emendas

Além de cobrar a dívida da Prefeitura, Alcides Bernardi Júnior também solicitou apoio dos vereadores para que algumas medidas em favor da entidade sejam tomadas, como, por exemplo, intervir junto ao Governo do Estado para que a Santa Casa seja isenta do pagamento de ICMS sobre a energia elétrica que consome. “Só com ICMS, ao ano, seria uma redução de gastos da ordem de R\$ 180 mil, que poderiam ser investidos na compra de novos respiradores, por exemplo”, falou. Outra isenção pretendida pela Santa Casa, só que em nível municipal, é quanto ao pagamento da taxa de esgoto.

O provedor solicitou, por fim, empenho dos vereadores para batalhar em prol da liberação de emendas parlamentares em níveis estadual e federal, tendo em vista que vários recursos estão aprovados para a entidade jauense, porém ainda não caíram na conta.